

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – INFORMAÇÕES RESUMIDAS

SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal da Educação e Cultura

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios – Agricultura Familiar

PRAZO PARA ENTREGA: Ano letivo 2024

VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) R\$ 54.704,89

2 – DESCRIÇÃO DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS BENS

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, destinado aos alunos matriculados na rede escolar do Município de Condor, conforme especificações/descrições a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	U.M	PNAC	PNAE	PNAP	AEE	Valor de referência (Unitário) R\$
1	Alface, pés grandes, íntegras, sem manchas de insetos ou amassamentos.	392	Und	50	256	81	05	3,66
2	Batata doce, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca.	131	Kg	16	86	27	02	4,16
3	Beterraba, tamanho médio, íntegra.	191	Kg	24	125	40	02	6,73
4	Bolacha de manteiga caseira, embalagens de 1 kg, contendo data de validade e fabricação. Produzida na semana da entrega.	70	Kg	05	52	12	01	37,00
5	Bolacha pintada caseira, embalagens de 1 kg, com data de validade e fabricação. Produzida na semana da entrega.	70	Kg	05	52	12	01	39,20
6	Bolacha caseira de mel, embalagens de 1 kg, com data de validade e fabricação. Produzida na semana da entrega.	70	Kg	05	52	12	01	40,50
7	Brócolis, de 1ª qualidade, limpo, isento de parasitas e larvas, peso médio 300g a unidade.	86	Kg	10	57	18	01	21,96
8	Carne bovina resfriada de 1ª moída, sem excesso de sebo, embalagens transparentes de 500g a 1kg. Com data de validade e registro no SISPOA, SIF ou SIM.	469	Kg	26	378	63	02	37,90



9	Cebola, tamanho médio, sem partes podres, íntegra, sem brotos.	52	Kg	05	38	08	01	7,06
10	Cenoura, íntegra, sem manchas ou partes podres.	191	Kg	24	125	40	02	8,86
11	Couve folha, folhas sãs, característica, firmes, sem manchas e amassamentos	392	Mç	50	256	81	05	4,61
12	Cuca com recheio, peso aproximado de 500g a unidade. Com data de validade e fabricação.	121	Kg	08	85	27	01	24,54
13	Farinha de trigo especial, embalagens de 5 kg, com data de validade de no mínimo 6 meses da data de fabricação.	137	Pct	06	112	18	01	22,30
14	Mandioca descascada, pacotes de 3 kg.	131	Kg	16	86	27	02	12,33
15	Massa fresca, embalagens de 500g, com data de fabricação e validade. Tipo talharim.	68	Kg	06	46	15	01	14,58
16	Massa fresca de lasanha, embalagens de 500g, com data de fabricação e validade.	68	Kg	06	46	15	01	14,66
17	Massa de pizza, embalada, com 30cm de diâmetro. Com data de fabricação e validade	86	Kg	10	57	18	01	15,99
18	Moranga cabotiá, tamanho médio, íntegra.	35	Kg	03	23	08	01	4,60
19	Ovos de galinha, vermelhos tipo 1, embalados em caixas de 1dz, com registro no Ministério da Agricultura, SIF, SISPOA ou SIM.	574	Dz	53	426	90	05	10,82
20	Pão caseiro sovado, embalado, peso aproximado de 500g.	72	Kg	08	86	27	01	13,25
21	Repolho, verde isento de parasitas e sem partes podres.	195	Kg	12	156	26	01	6,63
22	Tempero verde, salsa e cebolinha, maços de 80g a 100g, íntegro.	41	Mç	06	26	08	01	4,16
							Valor Total	54.704,89

3 - JUSTIFICATIVA

Visando a promoção da alimentação saudável nas escolas municipais, a oferta de alimentos variados e de qualidade, além do fornecimento da Agricultura Familiar e do desenvolvimento local, faz-se necessário a aquisição de gêneros alimentícios acima indicados, uma vez que os mesmos fazem parte do hábito alimentar e já estão inseridos nos cardápios elaborados pela nutricionista responsável técnica pela alimentação escolar do município.

A seleção dos produtos é baseada no artigo 14, da Resolução/CD/FNDE nº26 de 17/06/2013, que estabelece que “os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pela nutricionista RT, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.”

Esta resolução também estabelece em seu art. 24, que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverá ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o art.14, da Lei nº 11.947/2009.

Os quantitativos estimados nesse termo de referência foram calculados de acordo com o planejamento dos cardápios, a quantidade per capita, o número de alunos matriculados na rede municipal e os dias letivos correspondentes.

Nos quantitativos descritos acima, segundo a Resolução nº21, de 16/11/21 o limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deve respeitar **o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)** por DAP Familiar/ano/entidade executora, conforme Projeto de Venda.

A Ata de Registro de Preços decorrente desse processo terá **vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada pelo mesmo período**, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4 – OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE O PRODUTO – Documentos Técnicos

Os fornecedores deverão entregar os gêneros alimentícios descritos no item 2 deste termo de Referência, conforme o disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital/Termo de dispensa, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- I) efetuar a entrega dos gêneros alimentícios nos dias estipulados no cronograma a contar da Ordem de compra e/ou nota de empenho, além da assinatura do contrato;
- II) a entrega dos gêneros deverá ser diretamente no Depósito da Alimentação Escolar, obedecendo todos os padrões necessários de qualidade, dias e quantidades;
- III) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- IV) quando a qualidade do produto não corresponder às exigências contratadas (item 2), a remessa poderá ser devolvida a qualquer tempo e, a critério da Secretaria de Educação, sendo o fornecedor notificado para a substituição, sem qualquer ônus para a contratante;
- V) controlar o limite individual de venda, por DAP familiar, nos casos de comercialização com os grupos formais.

6 – LOCAL DE ENTREGA DOS BENS

A entrega deverá ser feita na **cidade de Condor/RS**.

O bem deverá ser entregue nas dependências da Secretaria Municipal da Educação e Cultura – Setor de Alimentação Escolar no dia e horário estipulado de acordo com o cronograma pré-elaborado entregue a cada fornecedor.

7 – PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO E PRAZO DO CONTRATO

O prazo de entrega dos gêneros é a partir da assinatura do Termo de Contrato, se for o caso ou do recebimento da Nota de Empenho (NE).

O prazo de vigência do fornecimento começará imediatamente após a assinatura do instrumento contratual e vigorará até a data limite de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da data de homologação deste processo de chamada pública.

O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado: a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas; b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

8 – DO REAJUSTE

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

O reajuste será realizado por apostilamento.

Igualmente, o contrato/ATA poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

9 – ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Os contratos poderão ser modificados unilateralmente para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do contratado.

Os contratos poderão ser rescindidos unilateralmente, nos casos de infração contratual ou inaptidão do contratado.

10 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Fiscal: Lilian Brum Teixeira

Gestor: Sandra de Bairros

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

11 – ESTIMATIVA DO VALOR

O valor da contratação, conforme mapa de preços em anexo, totaliza o montante de R\$ 54.704,89 (cinquenta e quatro mil setecentos e quatro reais e oitenta e nove centavos).

12 - GARANTIAS

Para a referida aquisição e/ou contratação, não será solicitada garantia.

13 – RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto será realizado nos termos do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

As quantidades previstas na Chamada Pública são estimativas, sendo que o contratante definirá as quantidades por entrega, conforme necessidade e de acordo com o cronograma.

As entregas poderão sofrer alterações excepcionais, desde que expressamente indicadas com antecedência.

Em se tratando de produtos altamente perecíveis, as entregas deverão ser feitas de forma fracionada, conforme cronograma estabelecido pela contratante. Dessa forma, esse quantitativo semanal poderá sofrer alterações mediante aviso prévio.

Não poderão ser realizadas entregas sem prévia autorização da CONTRATANTE.

14 – PENALIDADES

14.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato ou da ordem de fornecimento, o Município de Condor/RS, poderá garantir a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

14.2 As penalidades serão:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 Essas penalidades serão aplicadas a critério do Município, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

14.4 Serão aplicadas as penalidades:

a) Quando houver recusa injustificada da empresa em assinar o contrato, ou não assiná-lo dentro do prazo estabelecido pelo Município;

b) Quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;

c) Sempre que verificadas pequenas irregularidades;

d) Quando houver atraso injustificado na entrega do(s) produto(s) solicitado(s);

e) Quando não corrigir deficiência apresentada no(s) produto(s) entregue(s);

f) Quando houver descumprimento das cláusulas constantes no contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.

14.5 Para o caso previsto no subitem 14.4, a, será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado e homologado.

14.6 Para o caso previsto no subitem 14.4, b, será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total.

14.7 A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (item 14.4 “c”). A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do Município.

14.8 A multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total contratado, para o caso previsto no item 14.4 “d”, limitado ao prazo máximo.

14.9 Para os casos previstos no subitem 14.4 “e”, será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado.

14.10 Para os casos previstos no subitem 14.4 “f”, será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado.

14.11 A multa prevista nos itens anteriores não impede que o Município rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei.

14.12 A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

14.13 A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pelo Prefeito.

14.14 As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

15 – CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento, na seguinte dotação orçamentária:

553 – Código da despesa

07 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura

01 – Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica

12 – Educação

367 – Educação Especial

1552 – Transferência de Recurso do FNDE referente ao programa

1132 – FNDE/PNAE – Atendimento Educacional Especializado

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

Da **Lei Municipal**, nº **2.840**, de **28 / 12 / 2022**.

554 – Código da despesa

07 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura

01 – Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica

12 – Educação

367 – Educação Especial

1500 – Recurso não vinculado a imposto

001 – Livre

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

Da **Lei Municipal**, nº **2.840**, de **28 / 12 / 2022**.

561 – Código da despesa

07 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura

01 – Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica

12 – Educação

365 – Educação Especial

1550 – Transferência do Salário Educação

1008 – Salário Educação

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

Da **Lei Municipal**, nº **2.840**, de **28 / 12 / 2022**.

560 – Código da despesa

07 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura

01 – Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica

12 – Educação

365– Educação Infantil

1552 – Transferência de Recurso do FNDE referente ao programa

1139 – FNDE/PNAE – Merenda Escolar/Creche

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

Da **Lei Municipal**, nº **2.840**, de **28 / 12 / 2022**.

559 – Código da despesa

07 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura

01 – Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica

12 – Educação

365– Educação Infantil

1550 – Transferência do Salário-Educação

1008 – Salário Educação

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

Da **Lei Municipal**, nº **2.840**, de **28 / 12 / 2022**.

558 – Código da despesa

07 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura

01 – Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica

12 – Educação

365– Educação Infantil

1552 – Transferência de Recurso do FNDE referente ao programa

1082 – FNDE/PNAE – Merenda Escolar /Pré Escola

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

Da **Lei Municipal**, nº **2.840**, de **28 / 12 / 2022**.

557 – Código da despesa

07 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura

01 – Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica

12 – Educação

361– Ensino Fundamental

1550 – Transferência do Salário-Educação

1008 – Salário Educação

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

Da **Lei Municipal**, nº **2.840**, de **28 / 12 / 2022**

555 – Código da despesa

07 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura

01 – Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

1552 – Transferência de Recurso do FNDE referente ao programa

10802 – FNDE/PNAE – Merenda Escolar Fundamental

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

Da **Lei Municipal**, nº **2.840**, de **28 / 12 / 2022**.

16 - PAGAMENTO

O fornecedor será remunerado exclusivamente de acordo com os itens, quantidades e preços previstos na proposta vencedora.

O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, contados da apresentação pelo órgão requisitante, da nota fiscal à Contabilidade da Secretaria da Fazenda do Município de Condor/RS.

O pagamento será realizado mediante depósito bancário em favor do fornecedor, que deverá indicar a instituição bancária, a agência, a localidade e a conta corrente para que seja realizada a operação correspondente.

As informações referidas acima deverão ser encaminhadas à Secretaria da Fazenda do Município de Condor, quando da assinatura do contrato, ficando o fornecedor obrigado a mantê-las atualizadas

17 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Será aceita a proposta do fornecedor:

Que tenha atendido todas as exigências de habilitação;

Cuja especificação do produto ofertado seja compatível com a do edital da respectiva chamada pública;

Que atenda às demais exigências do edital da chamada pública e de seus anexos;

A apresentação de Projeto de Venda para a contratação pretendida implica em concordância do fornecedor em fornecer os produtos pelo preço de referência constante no edital e anexos, independentemente do valor apresentado em sua proposta.

18 - DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

A convocação do fornecedor pela Secretaria de Educação poderá ser feita por telefone, serviço de aplicativo de mensagens e será informado o endereço de entrega bem como a quantidade a ser adquirida, observado o cronograma.

Conforme disposição do art.33 da Resolução nº06, de 8 de maio de 2020, os produtos a serem entregues durante a vigência do contrato devem constar no edital de chamada pública. No caso de necessidade de substituição de um produto por outro, será permitido, desde que constem no mesmo edital de chamada pública, sejam similares nutricionalmente e a substituição seja atestada pela nutricionista RT.

É de inteira responsabilidade da Contratada a garantia da integridade dos produtos durante as fases de transporte e entrega.

Quando da entrega, os gêneros deverão apresentar-se:

- a) isentos de substâncias terrosas;
- b) sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;
- c) sem parasitas, larvas ou outros animais, inclusive nas embalagens;
- d) sem umidade externa anormal;
- e) isentos de odor ou sabor estranhos;
- f) isentos de enfermidades

Todos os gêneros deverão estar acondicionados em embalagens novas e adequadas ao produto, que não danifiquem e provoquem lesões que afetem a sua aparência e utilização.

A pontualidade na entrega das mercadorias está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional.

A não pontualidade na entrega das mercadorias implicará em prejuízo à execução do cardápio e consequentes transtornos, dando ensejo à rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

19 – CONDIÇÕES DE ENTREGA

HORTIFRUTIGRANJEIROS

A entrega dos alimentos será efetuada pelo fornecedor na segunda-feira à tarde, no horário das 13h30 às 16 horas, junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura - Setor de Alimentação Escolar, situado na Rua 15 de novembro, nº210, Centro, Condor – RS. Este local pode sofrer alteração, sendo o fornecedor informado com antecedência.

O fornecedor deverá separar os alimentos de acordo com as quantidades específicas para cada escola, de acordo com o cronograma previamente estabelecido.

O fornecedor vencedor do processo de compra fica responsável pelo transporte e descarga do produto, não tendo o Setor de Alimentação Escolar responsabilidade alguma por esse serviço.

ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS

Os alimentos serão solicitados mensalmente, devendo o fornecedor efetuar a entrega de acordo com cronograma previamente encaminhado.

Os alimentos devem possuir data de fabricação e vencimento de acordo com a descrição dos alimentos, quando não apresentarem, o produto não será aceito.

O fornecedor vencedor do processo de compra fica responsável pelo transporte e descarga do produto, não tendo o Setor de Alimentação Escolar responsabilidade alguma por esse serviço.

PANIFICADOS (PÃO SOVADO, BOLACHAS CASEIRAS, CUCA E MASSAS CASEIRAS EM GERAL)

A entrega dos alimentos será efetuada pelo fornecedor na segunda-feira à tarde, no horário das 13h30 às 16 horas, junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura - Setor de Alimentação Escolar, situado na Rua 15 de novembro, nº210, Centro, Condor – RS. Este local pode sofrer alteração, sendo o fornecedor informado com antecedência.

O fornecedor deverá separar os alimentos de acordo com as quantidades específicas para cada escola, de acordo com o cronograma previamente estabelecido.

Os alimentos devem possuir data de fabricação e vencimento de acordo com a descrição dos alimentos, quando não apresentarem, o produto não será aceito.

O fornecedor vencedor do processo de compra fica responsável pelo transporte e descarga do produto, não tendo o Setor de Alimentação Escolar responsabilidade alguma por esse serviço.

CARNES E OVOS

A entrega dos alimentos será efetuada pelo fornecedor na segunda-feira à tarde, no horário das 13h30 às 16 horas, junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura - Setor de Alimentação Escolar, situado na Rua 15 de novembro, nº210, Centro, Condor – RS. Este local pode sofrer alteração, sendo o fornecedor informado com antecedência.

O fornecedor deverá separar os alimentos de acordo com as quantidades específicas para cada escola, de acordo com o cronograma previamente estabelecido. Como são gêneros muito perecíveis as entregas devem ser fracionadas e de acordo com cronograma.

Os alimentos devem possuir data de fabricação e vencimento de acordo com a descrição dos alimentos, quando não apresentarem, o produto não será aceito.

O fornecedor vencedor do processo de compra fica responsável pelo transporte e descarga do produto, não tendo o Setor de Alimentação Escolar responsabilidade alguma por esse serviço.

Condor/RS, 20 de fevereiro de 2024.

Responsável pela elaboração do TR
Cargo e matrícula